



Ibero-América em Democracia



Educação contra o declínio democrático

ESCRITO POR FERNANDO CARRILLO FLÓREZ

As múltiplas ameaças que pairavam sobre a democracia de forma latente, oculta ou sutil, nos últimos meses, transformaram-se em realidades atuais. São preocupantes porque, sob diferentes formas de autoritarismo, atacam com força a essência dos valores e princípios que não são apenas ocidentais, mas também universais.

Chegou-se a acreditar que os princípios e valores desse sistema político surgiam por passe de mágica ou se desenvolviam como fenômenos naturais. Mas a verdade é que eles precisam ser cultivados, pois a democracia não é uma realidade conquistada de forma

definitiva, um fato consumado ou uma circunstância garantida. Por outro lado, diante da forma pouco pudorosa de se fazer política hoje em dia, muitos têm insistido em atribuir a culpa à democracia. Assim, essa forma de governo tornou-se o bode expiatório da má política e dos políticos nocivos.

A educação para a democracia e seus valores, assim como a cultura política, são estruturais, além de constituírem uma fonte de capital democrático. Essa é a essência do sistema imunológico desse modelo político: os mínimos necessários para a convivência social, que devem estar presentes nas conversas cotidianas



daqueles que sabem o que podem perder quando alguém decide colocar tal sistema em risco. Além disso, esses mecanismos de defesa do ecossistema democrático partem do sistema educacional, que hoje está cada vez mais distante desse compromisso.

Por isso, os grandes desafios dessa forma de governo — hoje tão sitiada e vilipendiada por muitos — estão intimamente ligados aos próprios desafios da educação. Embora existam princípios e valores absolutos e inegociáveis que fazem parte da alma da democracia, ela mesma precisa ter a capacidade de se renovar e se adaptar aos desafios geracionais, como afirma John Dewey (1916). Por exemplo, os mecanismos da democracia participativa e deliberativa, como complemento da representativa, devem ser produto de uma cultura e pedagogia cidadãs que não podem ser construídas a partir do nada.

Portanto, é necessária uma conversa preventiva sobre os perigos do populismo autoritário, que está na moda atualmente, e que aborde a vida em comunidade por meio da pedagogia dos valores públicos essenciais. Isso possibilitará gerar consciência política na sociedade, por exemplo, sobre o que significam o cerceamento das liberdades públicas, as violações dos direitos

fundamentais, as novas desigualdades e o despotismo populista, bem como sobre os desafios tecnológicos, o fanatismo messiânico, o extremismo de esquerda e de direita, o desprezo e o esmagamento dos mais fracos e a aporofobia, tão bem cunhada por Adela Cortina (2017).

A primeira linha de defesa da democracia deveria ser os jovens que hoje não a sentem como algo próprio. Considerando a forma como a política é praticada, as novas gerações percebem que esse sistema político não muda as coisas, não melhora suas vidas nem abre caminho para um futuro melhor (Latinobarómetro, 2024). Para eles, a política se tornou um fardo repulsivo e vulgar, que arrasta consigo a democracia.



Defender a democracia deve ser um imperativo para os jovens. Ela não está garantida e deve ser conquistada todos os dias.

Assim como no passado, as novas gerações são chamadas a ser a barreira de proteção contra aqueles que invocam contrarreformas extremistas ou populistas e pretendem perpetuar a política do obscurantismo, da corrupção, das redes



clientelistas, do tráfico de influências, dos partidos de fachada, da corrupção e da concentração de poder.

Por isso, os programas de formação cidadã e de liderança na defesa das instituições democráticas são as sementes ideais para construir mecanismos de contrapeso às decisões que se fundamentam no descrédito deste sistema político como ferramenta de bem-estar. Chega-se ao ponto de considerar que o sistema atrapalha o líder autoritário ou é simplesmente dispensável por sua desconexão com a cidadania, o que o torna uma promessa não cumprida.

Para evitar que isso aconteça, a cidadania não deve apenas ser educada nas competências tradicionais, mas também deve estar bem-informada, com rigor e profissionalismo. Já foi dito que vivemos em um mundo de desinformação e proliferação da mentira, como elementos indissociáveis de um poder tecnológico sem limites éticos que está se impondo. Nesse sentido, assistimos como espectadores à consolidação de tiranias digitais que se firmam sem qualquer arrependimento.

Hoje está claro que certas tecnologias podem ser desenvolvidas para identificar conteúdo desinformativo, mas o que é realmente transformador é a educação. As pessoas precisam saber, por exemplo, que as grandes plataformas baseiam seus

negócios essencialmente na interação com os usuários, que o conteúdo falso e de ódio aumenta essa interação e que, portanto, é necessário ensinar a distinguir e contrastar fontes e mídias. Tudo isso deve fazer parte do catálogo de defesa da liberdade de imprensa em um contexto de educação para a democracia, que dê mais ênfase à autorregulação, aos controles de qualidade e à transparência. E não, isso não constitui, como alguns dizem, uma restrição à liberdade de expressão, que deve ser sempre iluminada pela verdade.



Também os desafios da tecnologia, e em particular os da inteligência artificial generativa, inserem-se neste difícil cenário de como regulá-los para que não afetem a vida e o funcionamento da democracia. Porque, neste caso, existem princípios e valores éticos dessa forma de governo que exigem políticas públicas concretas para alfabetizar em competências digitais, defender esses valores e vigiar questões tão críticas como



a avaliação do impacto ético da inteligência artificial na sociedade e no sistema democrático. A tecnologia não pode se tornar o grande carrasco da democracia, e isso é conseguido por meio da educação, colocando a tecnologia a serviço da humanidade, e não o contrário.

A educação e a cultura cidadã, como fatores de fortalecimento democrático, são elementos-chave para gerar consensos, promover a deliberação e as convergências, dar sentido às conversas, criar espaços de encontro, incentivar o controle social e fortalecer a valorização do bem público. Assim, as competências em educação para a democracia e ação cívica deveriam voltar a fazer parte do currículo e dos programas da educação básica e superior, tanto pública quanto privada.

Em suma, neste momento de grandes turbulências que desestabilizam a democracia, é hora de voltar os olhos para a educação e, a partir dela, retomar com urgência ações que formem os cidadãos com as novas competências exigidas para elevar a qualidade do debate público e restabelecer os consensos em torno desse sistema político, como é o objetivo da iniciativa “Ibero-América em democracia”, sob a liderança da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI).

Referências

- Cortina, A. (2017). Aporofobia, el rechazo al pobre. Paidós.
Dewey, J. (1916). Democracia y educación. Morata.
Latinobarómetro (2024). Informe 2024: La democracia resiliente.

